

## A BRANQUITUDE E SEUS PRIVILEGIOS NO BRASIL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA NO CONTEXTO PANDÊMICO QUE VIVEMOS

Claudia Suely Barreto Ferreira<sup>1</sup>  
Tatiane Pina Santos Linhares<sup>2</sup>

### Resumo:

A branquitude e seus privilégios está correlacionada a relações Inter-raciais, gênero e posição social. Este artigo tem como objetivo refletir de que forma estes privilégios influenciam no aprofundamento das desigualdades de gênero, classe e raça, sobretudo no contexto de emergência de saúde, ocasionada pela pandemia em curso. O argumento central para esta reflexão surge a partir de uma entrevista realizada no âmbito de outras 30 entrevistas, feitas com mulheres trabalhadoras rurais do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). As entrevistas foram realizadas através do aplicativo GOOGLE MEET, respeitando o distanciamento social necessário, devido à emergência em saúde pública ocasionada pela pandemia provocada pelo Sars-Cov-2. Enfatiza-se a importância de se estudar a branquitude, através de uma concepção crítica buscando a emancipação e desconstrução das relações raciais, de modo que o combate ao preconceito e discriminações seja central.

**Palavras-chave:** Branquitude, Privilégios, Racismo, Desigualdades Sociais.

### Abstract:

Whiteness and its privileges are correlated with interracial relations, gender, and social position. This article aims to reflect how these privileges influence the deepening of gender, class, and race inequalities, especially in the context of a health emergency, caused by the ongoing pandemic. The central argument for this reflection arises from an interview carried out in the context of another 30 interviews, carried out with rural women workers from the Northeastern Rural Women Workers' Movement. The interviews were conducted through the GOOGLE MEET application, respecting the necessary social distance, due to the public health emergency caused by the pandemic caused by Sars-Cov-2. The importance of studying whiteness is emphasized through a critical conception, seeking the emancipation and deconstruction of racial relations, so that the fight against prejudice and discrimination becomes central.

**Keywords:** Whiteness, Privileges, Racism, Social Inequalities.

---

<sup>1</sup> Doutorado em Enfermagem (em andamento) pela UFBA, Escola de Enfermagem, Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana- BA- UEFS (2015), graduou-se em Enfermagem pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS (2007), Pós-Graduação em Enfermagem do Trabalho pela IBPEX (2009). Atualmente, é Docente Auxiliar 40h da UNEB, Campus VII.

<sup>2</sup> Mestre em Educação e Diversidade - Mped- UNEB, possui graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2005), pós-graduanda em saúde Pública com ênfase no Programa de Saúde da Família (2009) , pós-graduada em Enfermagem do Trabalho. Atualmente é Professora assistente nível A da Universidade do Estado da Bahia , professora da Faculdade Ages, professora pós-graduação em Obstetrícia-INESP, professora pós -graduação Saúde pública -INESP, enfermeira - I Centro de saúde no município de Senhor do Bonfim-Ba.

## Contextualizando

Este artigo tem como objetivo refletir de que forma os privilégios vivenciados por pessoas cujos fenótipos estão associados à branquitude e que ocupam posições sociais hierarquicamente em destaque, na nossa sociedade, influenciam no aprofundamento das desigualdades de gênero, classe e raça. As ideias postas para reflexão surgem a partir de uma entrevista realizada, no âmbito de outras 30 entrevistas, cujos trechos servirão de base para a construção da Tese de Doutorado de uma das autoras, que se dedica a analisar as influências que o acesso aos serviços públicos de saúde exerce nas decisões sexuais e reprodutivas de mulheres rurais do Nordeste (MMTR-NE), e está sendo desenvolvida no âmbito da Escola de Enfermagem na UFBA. As entrevistas foram realizadas com mulheres trabalhadoras rurais, que fazem parte do Movimento. A entrevistada, cujas colocações trazemos para reflexão, vive e trabalha em uma região rural de um pequeno município do Estado do Maranhão, se autodeclara parda, e assim como as demais participantes do MMTR-NE entrevistadas, traz em seu discurso uma forte consciência de desigualdade de classe, raça e gênero e sobretudo dos desfavorecimentos proporcionados por essa assimetria social.

Vale ressaltar que todas as entrevistas serão analisadas na íntegra a posteriori, durante a análise pertinente ao projeto de tese que versa sobre o Acesso aos Serviços de Saúde e decisões reprodutivas e sexuais de mulheres trabalhadoras rurais do MMTR-NE. O projeto foi aprovado pelo CEP-UFBA, sob o parecer número 4.380.158 em 04/11/2020 e encontra-se em desenvolvimento.

As entrevistas foram realizadas no período de janeiro a março de 2021. Foram entrevistadas trabalhadoras rurais ativas no MMTR-NE, dos nove (9) estados da Região Nordeste, através do aplicativo GOOGLE MEET, respeitando o distanciamento social necessário, devido à emergência em saúde pública ocasionada pela pandemia provocada pelo Sars-Cov-2/Covid 19<sup>3</sup>. As entrevistas foram gravadas e armazenadas, todas com

---

<sup>3</sup> A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado bronco alveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos.

autorização prévia das entrevistadas, que escolheram dia e horário para realização das mesmas e as autorizaram por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi devidamente adaptado para a forma como as entrevistas foram realizadas.

Os critérios de inclusão ao estudo, foram: Mulheres atuantes no MMTR-NE há pelo menos dois (2) anos, que residam e trabalhem na zona rural dos municípios pertencentes a um (1) dos nove (9) estados da Região Nordeste e que têm 18 anos ou mais, no período em que as entrevistas foram realizadas. Foram contatadas ao todo, 34 mulheres, dessas, duas (2) adiaram as entrevistas, uma (1) foi excluída do estudo por não ser atuante no MMTR-NE, prestando apenas serviços de consultoria ao Movimento, além disso, residia na zona urbana.

O primeiro contato com as possíveis participantes foi realizado por mensagem de texto via aplicativo de mensagens WhatsApp. Esse contato foi feito pela pesquisadora responsável pelo projeto e por conseguinte para a realização das entrevistas. Apesar de o contato inicial sempre ter sido realizado por mensagem de texto, não houve recusas em participar do projeto e, por conseguinte, das entrevistas que versam sobre autonomia reprodutiva e sexual, e abordam temas como, acesso aos serviços sexuais e reprodutivos de saúde, saúde sexual e reprodutiva, abusos sexuais, violência conjugal e as nuances do patriarcado na zona rural.

No transcorrer das entrevistas, uma colocação em especial, que pontuaremos a seguir, nos trouxe algumas inquietações que são centrais para a elaboração deste artigo.

Enquanto pesquisadora, e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - UFBA responsável por realizar as entrevistas, ao me apresentar e dialogar com uma das participantes, já por meio do aplicativo Google Meet, que nos possibilita maior aproximação, inclusive visual, ponderei sobre o rápido retorno ao meu convite para participar da pesquisa, ocasião em que a participante disse: ‘Quando eu vi sua foto no WhatsApp eu pensei: é pessoa séria, do bem. Porque a gente fica cismada com a malandragem da internet, né?’<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada no dia 25/02/21, iniciada às 15:03 e com término às 16:08. Pseudônimo adotado para a entrevistada, Margarida (Todas entrevistadas receberam pseudônimos de flores).

Diante dessa colocação me vi em meio a alguns dilemas e reflexões sobre a branquitude e seus privilégios no Brasil. Impossível não lembrar que mesmo diante das barreiras impostas pela pandemia da SARS-CoV-2/ Covid-19, todas as mulheres interceptadas para participarem da pesquisa tenham dito sim. Não acredito que todas tenham tido a mesma motivação, ou tenham feito a mesma análise, sobre a minha imagem do aplicativo WhatsApp (a foto rotativa de perfil), que era a única imagem sob a qual as mesmas poderiam construir suas primeiras impressões relacionadas a pesquisadora que as interpelava para discutir uma temática íntima e, por vezes, indutora de algum nível de sofrimento psicológico.

Resolvi rever a foto em questão e entender como essa imagem poderia ser representativa da ideia de “pessoa séria, do bem”, colocada por minha interlocutora. Na foto, estou com meus dois filhos. Meu fenótipo no Brasil é visto como de uma mulher branca, a foto em questão foi realizada em um estúdio, em homenagem ao “dia das mães<sup>5</sup>”, tendo um cenário ao fundo que remonta à delicadeza das flores da primavera. Meus filhos são crianças mais claras que eu, o mais velho possui olhos verdes, o que na foto se destaca bastante. As crianças estão com roupas bem diferentes das que usualmente vestem, o menino com gravatinha rosa, combinando com meu vestido, a bebê com um vestidinho repleto de rendinhas.

Ao rever essa foto lembro que jamais compraria esse tipo de vestimentas para meus filhos, sobretudo porque aqui no Nordeste, na Bahia, onde vivemos, seria bastante desconfortável para as crianças se vestirem assim. Entretanto, me recordo que o registro fotográfico foi realizado com um combo de “mimos”, dito assim pela profissional contratada para me presentear com as fotos: roupas fornecidas pelo estúdio para todos, cenário repleto de flores, balanço para as crianças, papel de parede em tom pastel, maquiagem para mim.

No dia que fui presenteadada, confesso que achei tudo muito bonito, gostei da ideia, me senti cuidada, talvez, como disse a profissional à época, “mimada”. Entretanto,

---

<sup>5</sup> O Dia das Mães foi oficializado no Brasil na década de 1930, quando o presidente Getúlio Vargas emitiu o Decreto nº 21.366, em 5 de maio de 1932. Por meio desse documento, determinou-se o segundo domingo de maio como momento para comemorar os “sentimentos e virtudes” do amor materno. Essa data foi uma conquista realizada por influência do movimento feminista brasileiro. O Dia das Mães é a segunda data comemorativa mais importante para o comércio brasileiro, ficando atrás apenas do Natal. Informação disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-das-maes.htm>. Acesso em: 30/06/21.

hoje consigo associar aquele dia de representações, por imagens da data comemorativa em questão, com algumas discussões e leituras que tenho feito ao longo do curso de pós-graduação - Doutorado, sobre como o eurocentrismo e colonialismo<sup>6</sup> são passíveis de nos aprisionar mesmo que momentaneamente. Lembro-me em especial do artigo intitulado “Porta de Vidro”, da autora Edith Piza, no qual ela afirma:

Quando o branco se defronta com sua própria branquitude causa-lhe um grande impacto, semelhante uma pessoa desavisada que se choca com uma porta de vidro. Talvez uma metáfora possa resumir o que comecei a perceber: bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isto resume, em parte, descobrir-se racializado (...) Porém, à medida que vai se buscando os sinais dessa suposta “invisibilidade”, vai-se também descobrindo os vãos da porta. Toda porta de vidro tem vãos. Nunca estão totalmente encaixadas na moldura (PIZA, 2002, p. 78).

Nunca me identifiquei como uma mulher branca<sup>7</sup>, sou uma mulher nordestina e parda e, inegavelmente, usufruí de oportunidades que foram negadas a muitas outras mulheres pardas e nordestinas como eu. Farei um apanhado mais à frente sobre descobertas no que diz respeito ao tema colorismo e privilégios da branquitude, que me ajudaram a redescobrir o quão profundos podem ser os “vãos das portas de vidros” que convenientemente não enxergamos. Entretanto, agora ficou evidente que a questão de raça/cor não pode estar desassociada de classe.

Volto novamente meus olhos para a foto, que até então era para mim um poço de invisibilidades, vejo que nós três, eu e meus dois filhos, nessa imagem denotamos um

---

<sup>6</sup> Aníbal Quijano entende eurocentrismo como o novo modo de produção e controle da subjetividade; a um novo sistema de controle da autoridade coletiva em torno da hegemonia do Estado-nação que entende populações racializadas como inferiores. María Lugones entende o colonialismo como uma forma de opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada que visa uma transformação da vida do social, através de enfoque na subjetividade que naturaliza uma hegemonia cultural desvalorizando as diferenças entre povos que são vistos como subalternos.

<sup>7</sup> Guerreiro Ramos se refere a “brancura” correlacionada a traços europeus definidos a partir de uma visão europeia de 'pureza' racial, em que ser branco significa não ser mestiço. É a partir dessa ideia da brancura como 'pura' que Guerreiro Ramos se refere aos brancos do nordeste como “brancos” (ele graficamente coloca entre aspas), pois, por em grande parte terem ancestrais negros e indígenas, não seriam brancos na perspectiva europeia que é valorizada, na concepção desse autor.

mundo idealizado, por muitos, repleto de risos. Um mundo distante das agruras sociais que ecoam fortemente diante da pandemia, em que classe e raça têm sido fundantes nos números escandalosos relatados diariamente pela mídia, sobre a quem é dado o direito de viver, quando o organismo é invadido pelo vírus (Sars-Cov-2/Covid 19) e há um agravamento na condição de saúde.

Vou mais adiante e penso: o que seria essa pessoa “séria, do bem”, cuja definição me foi dada? Quem são as pessoas vistas como passíveis de realizar “malandragem” virtual? Teriam elas raça/cor, classe social? Seriam as pessoas “sérias, do bem” as mesmas que têm tido maiores chances de sobreviver diante da situação devastadora a qual estamos vivenciando no contexto pandêmico?

A partir destes questionamentos que me faço, gostaria de fazer um convite para pensarmos alguns aspectos que, por ora, me incomodam, e que talvez não tragam respostas a estes questionamentos, pois as respostas a eles vêm sendo dadas ao longo do tempo, entretanto, muitos de nós continuamos invisibilizando-as. Então, minha pretensão é que estas questões possam inquietar e continuar impactando a “porta de vidro” da invisibilidade até que de fato, esta se rompa, desnudando toda a injustiça social que este país racista e classista tenta esconder.

### **As subjetividades e as construções estereotipadas sobre pessoas “sérias” e do “bem” no Brasil**

Inicialmente, parti do pressuposto de que deveria buscar mais informações sobre o significado atribuído ao termo, bastante usado no nosso país, “pessoa séria e do bem”, e encontrei alguns significados tais como: “Pessoa séria é alguém que valoriza seu autorretrato, ou seja, procura honrar seus compromissos e cumprir à rigor com sua palavra.” Além da associação do termo com o outro termo pessoa “do bem” cujo significado encontrado se refere àquela que tem boa índole, correta. (AURÉLIO, 1999). Acredito que uma imagem por si só não seria capaz de traduzir significados de tamanha amplitude moral.

Resolvi ir além, busquei sinônimos que se aproximassem do termo “malandro virtual”, encontrei o seguinte significado para o termo: “Diz-se da pessoa que se utiliza da esperteza para sobreviver sem trabalhar, geralmente abusando da confiança de outras.”

Encontrei outras definições, todas associadas a falta de trabalho, desmerecimento de trabalho, classe social desfavorecida. (AURÉLIO,1999).

Continuei a busca, agora por imagens na internet associadas aos termos, “pessoa séria/pessoa do bem” e “malandro virtual”. As imagens associadas aos termos pessoas sérias/pessoas do bem, em sua esmagadora maioria, eram representadas por pessoas brancas, todas felizes, ambientes iluminados. Já as imagens associadas à “malandragem virtual” tinham representações de pessoas pretas, algumas pardas, ambientes escuros, e/ou associados a favelas.

A partir deste ponto, faço um convite para entendermos em que dimensões se enquadra o racismo brasileiro contemporâneo e, para tal, usei o aporte teórico dos autores Campos (2017) e Almeida (2019). Para Campos, a primeira dimensão do racismo se debruça sobre os potenciais e limites das abordagens que enfatizam a dimensão ideológica; a segunda dimensão analisa as teorias que focam na dimensão prática e; a terceira dimensão resenha algumas teorias que realçam a dimensão estrutural. De modo complementar, trago as conceitualizações de Almeida (2019), que utiliza as terminologias de racismo individual, racismo institucional e racismo estrutural.

Para Almeida (2019):

“O racismo individual parte da relação do racismo com a subjetividade, que acontece enquanto “patologia” e anormalidade. De maneira que “não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem individualmente ou em grupo”. O institucional, parte da relação com o Estado, tratado como resultado do funcionamento das instituições. Direta ou indiretamente, o resultado de suas ações confere privilégios e desvantagens baseado na clivagem racial, servindo para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Na concepção estrutural o racismo é parte da estrutura, que serve como base para instituições e subjetividades. Para o autor “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.” (ALMEIDA, 2019, p.36-50)

Essas dimensões do racismo são fundantes nas construções subjetivas dos brasileiros. Para melhor entendimento do ponto ao qual quero chegar, enfatizo que a dimensão ideológica, parte do campo das ideias, dando o suporte necessário às atitudes preconceituosas, a dimensão prática do racismo efetiva a discriminação propriamente dita. Já a dimensão estrutural e institucional enfoca um sistema de poder, de dominação,

que só é possível a partir do pressuposto de uma superioridade racial, capaz de criar e reproduzir desigualdades, além de violências simbólicas e materiais.

Não por acaso, Lélia Gonzales defendia o combate ao racismo como uma prioridade política, como é possível destacar neste trecho escrito por Cardoso (2014), quando ela se refere ao pensamento de Lélia:

O “tornar-se negra” anuncia um processo social de construção de identidades, de resistência política, pois reside na recusa de se deixar definir pelo olhar do outro e no rompimento com o embranquecimento; significa a autodefinição, a valorização e a recuperação da história e do legado cultural negro, traduzindo um posicionamento político de estar no mundo para exercer o papel de protagonista de um devir histórico comprometido com o enfrentamento do racismo. (CARDOSO, 2014, p.973)

Corroboro com o que foi posto sobre a necessidade de uma resistência política ser uma questão emergente, afinal em um país como o nosso em que vigora o racismo estrutural e institucional, e que a democracia racial<sup>8</sup> que por muito tempo foi defendida por aqui, realmente não passa de um mito, construído com o intuito perverso de privilegiar alguns e silenciar muitos, o combate ao racismo é uma questão de sobrevivência de uma ampla maioria populacional. Em acordo com esta colocação, remeto aos dados do IPEA (2020), que sinalizam um aumento de 11,5%, de 2008 a 2018 da taxa de homicídios de negros, enquanto a de não negros caiu 12%.

O IBGE adotou o critério da autoclassificação segundo raça/cor da pele em cinco categorias: branco, preto, pardo, indígena e amarelo e convencionou-se denominar de população negra o somatório de pretos e pardos (OSÓRIO, 2003). A partir dessa informação, é importante entender que o perfil demográfico traçado pelo IBGE (2019) sinaliza que 56% da população brasileira é composta por negros. Já na Região Nordeste, 74,4% da população é composta por pessoas autodeclaradas negras. A partir deste constructo, Alessandra Devulsky (2021) argumenta que:

“Em termos metodológicos, o IBGE traça um elo racial e político entre pretos e pardos, indicando a sua oposição àquilo que se convencionou chamar de branco. Estar em polos opostos em termos raciais significa, historicamente,

---

<sup>8</sup>“De acordo com Antônio Sérgio Guimarães a expressão aparece pela primeira vez em um artigo de Roger Bastide publicado no Diário de São Paulo, no dia 31 de março de 1944, no qual eram utilizados os termos “Democracia Social” e “Democracia Racial” para descrever a ausência de distinções rígidas entre brancos e negros. Para Antônio Sérgio Guimarães a expressão evoca dois significados: O de que todos os grupos étnicos vivem na mais perfeita harmonia e o de um ideal de igualdade de direitos e não de apenas expressão cultural e artística.”

obter vantagens ou estar submetido a prejuízos, inobstante a adesão ou o repúdio ao sistema hierárquico racial. O grupo racial chamado de modo geral como negros no Brasil, portanto, inclui também os pardos. Pardos esses que são associados a algum grau de mestiçagem racial, enquanto, se por um lado, não são identificados como brancos por não terem ascendência europeia visível em algum traço físico peculiar. No que tange aos prejuízos inerentes ao preconceito racial, o pardo insere-se na estrutura racial que infere da sua identidade negra as características negativas atribuídas à africanidade desde o processo de escravidão. Entretanto, a sua condição mestiça, não pura, também o beneficia em certas circunstâncias.” (Devulsky, 2021, p.11)

No que tange aos benefícios recebidos pela população parda, Devulsky (2021) enfatiza que:

“Esses são incontestavelmente “um desdobramento do racismo, onde há um sistema de hierarquização racial e de atribuição de qualidades (...)de valoração que avalia atributos subjetivos e objetivos, materiais e imateriais, segundo um critério fundamentalmente eurocêntrico. (...) Seja em torno do fenótipo, seja com relação à carga cultural expressa pelo sujeito, a categorização do quanto um indivíduo é negro só ocorre após a leitura de que ele não é branco.” (Devulsky, 2021, p.13)

Retomo daqui a questão a partir da qual iniciei este tópico, sobre a associação entre raça/ cor com adjetivação de “pessoa séria/ do bem”, e da dificuldade em dissociar essa valoração subjetiva do racismo, visto que outros estudos também denotam esta questão. Tal como o estudo realizado por Schucman (2014, p.83), no qual se evidenciou que “[...] o racismo e a ideia falaciosa de raça construída no século XIX, ainda fazem eco nas subjetividades de pessoas sobretudo brancas”. Nesse artigo, a autora refere que para os participantes da pesquisa “[...] ser branco, determina características morais, intelectuais e estéticas dos indivíduos” (p. 83).

Cotidianamente, acompanhamos os repetidos casos de pessoas negras sendo expostas nos noticiários, sendo julgadas a partir de percepções individuais relacionadas a valores morais, que as desassocia dos estereótipos preconceituosos do que seriam as tais ‘pessoas sérias/ do bem’. Existem ainda os casos não vistos, ocultados e que se somam às feridas abertas pelo racismo no nosso país.

Devulsky (2021), desvela amplamente este hiato quando reafirma que:

“(…) Ao preterir os traços fenotípicos e a cultura associada à africanidade, ou ao privilegiar a ordem imagética da europeidade, sua constituição está ligada ao colonialismo e, indelevelmente, ao capitalismo, pois a ideia de superioridade branca atende indubitavelmente aos processos econômicos que se desenvolvem no curso da história”. (DEVULSKY, 2021, p.14)

O inverso também pode ser posto na mesma discussão, quando há associação fenotípica a pessoas que seriam capazes de realizar “mandragem virtual”. Infelizmente, o preconceito direcionado a população negra ainda é evidenciado nas colocações individuais e ações institucionais; essas atitudes discriminatórias ocorrem corriqueiramente e ressaltam os privilégios daqueles tidos como brancos no nosso país.

### **A branquitude e seus privilégios no Brasil: Uma questão de cor?**

Como entender a branquitude no Brasil? Um país em que escutamos bravatas tais como: “o fato deste ser um país amplamente miscigenado comprovaria a democratização entre raças”. Desnudar essa falácia é possível quando começamos a entender os privilégios usufruídos por aqueles que estão do lado oposto aos brasileiros que têm como identidade a posição estrutural da branquitude. Ana Laborne (2014) faz algumas correlações possíveis entre identidade racial branca e a branquitude:

“A identidade racial branca não se constrói apenas em função da cor da pele, já que a brancura, enquanto um conceito distinto, mas relacionado à branquitude, não se resume exclusivamente a suas dimensões corpóreas. Isso significa dizer que o próprio corpo não teria relevância social não fossem os significados que lhe dão moldagem. Assim, só a partir do entendimento de que a branquitude é também uma construção social é que seria possível torná-la visível”. (LABORNE, 2014, p.29)

A partir das pontuações iniciais sobre a branquitude, entendemos que esta condição, somada às demais intersecções, é passível de constituir uma situação de poder às pessoas que dela portarem. Cardoso (2014, p.969), enfatiza essa possibilidade reafirmando que “[...] a branquitude é também estrutural e hegemônica, além de ser definida pelo privilégio”. Para Bento (2003), esse campo de poder da branquitude envolve múltiplos componentes do processo social mais amplo do racismo, se referindo a um processo capaz de silenciar e naturalizar os privilégios de um grupo seletivo, além de impor um sistema de valores em pessoas negras na forma de branqueamento.

Ao observar a teoria que subsidia a branquitude, não é possível desvincular esses elementos daqueles que operam o racismo na sociedade brasileira uma sociedade manifesta por privilégios simbólicos, materiais, de classe social e de gênero, privilégios estes, que são naturalizados e comumente silenciados.

Guimaraes (2003) já pontuou anteriormente que o conceito de raça é eminentemente uma construção social. Trata-se, portanto, de uma forma de classificação

social construída no contexto cultural, social, histórico e político brasileiro e afro-brasileiro.

Corroboro com Devulsky (2021, p.23) quando ela afirma que “[...] a quantidade de melanina na epiderme de um homem ou de uma mulher, na maior parte das vezes, é o que ressalta de modo mais arguto, qual será o local predeterminado na economia dos afetos e na distribuição de riquezas”. Entretanto acredito que nossa participação nessa discussão deve ser inserida à partir da classe social, apesar de reconhecer todas as imbricações que predisõem as pessoas serem reconhecidas sociologicamente em determinadas categorias. Ao ocupar posicionalidade<sup>9</sup> como professora Universitária, tenho a possibilidade de conhecer e produzir conhecimento e, sobretudo, incorporar ao meu campo de produção questões relacionadas a maneiras como as desigualdades raciais são produzidas e reproduzidas no universo de construção do saber acadêmico.

Desse modo, concordo com Devulsky (2021, p.70) quando ela afirma que “negar a existência do privilégio de classe é tão nocivo quanto negar o privilégio racial e o sexismo”. Por isso, não o nego, entretanto não me permito naturalizar as injustiças provocadas pelo privilegiamento de uns em detrimento aos desfavorecimentos sofridos pela ampla maioria das pessoas nesse país em consequência do racismo. Uma das formas que encontrei de resistir a essa normatização do padrão de branquitude no meio científico é problematizando o mesmo. Guerreiro Ramos (1957) já enfatizava que era preciso estudar raça de forma integrada com as desigualdades sociais e sobretudo entendendo que o estudo acadêmico científico não pode ser descontextualizado da sua importância social, e que de fato possibilite uma mudança na sociedade e em sua forma de organização.

Pensando no poder transformador da democratização do saber, entendo que precisamos expandir os estudos sobre as ações e o papel dos brancos na construção das desigualdades raciais no Brasil, pois essa persistente inexecuibilidade, com intuito de negar a parcela de responsabilidade do branco, é como enfatiza Laborne (2014, p.18) “[...] um mecanismo que reitera a manutenção das hierarquias raciais como um problema exclusivamente dos negros”. Cardoso (2010, p. 623) corrobora essa colocação

---

<sup>9</sup> - MOLYNEUX, M, Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and. Revolution, *Feminist Studies*, 11, nº 2 1985. p. 227-254. Disponível em: [https://genderandsecurity.org/sites/default/files/Molyneux\\_Mobilization\\_Without\\_Emanicipation.pdf](https://genderandsecurity.org/sites/default/files/Molyneux_Mobilization_Without_Emanicipation.pdf) Acesso em: 30/06/21. Enfatiza que os interesses estratégicos de gênero se referem à mudança da posição das mulheres na sociedade, sendo que a mudança na posicionalidade feminina é uma conquista resultante da ação coletiva.

ao referir-se que “[...] em uma sociedade racista como a brasileira, as pessoas logo ao nascerem são classificadas em diferentes níveis hierárquicos, aqueles classificados socialmente como brancos gozam naturalmente de privilégios em virtude dessa classificação”.

Ao grupo seletivo de brancos brasileiros adiciona-se a construção de uma identidade racial que recebe o legado simbólico de referências positivas. O contrário também pode ser dito quando nos referimos aos negros. Acredito que esse aspecto da discussão me faz retomar os meus achados sobre pessoas passíveis de realizarem malandragem virtual, essa correlação gerada pelas imagens encontradas na busca, estão associadas às identificações mentalmente construídas ao longo de nossa vida sobre os lugares ocupados por brancos e negros.

Liv Sovic (2004) nos ajuda a entender de forma dicotômica como o ser branco neste país posiciona as pessoas de forma inversa ao ser negro:

“ Ser branco é como andar com fiador imaginário a tira colo. A branquitude é atributo de quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide, é uma prática social e o exercício de uma função que reforça e reproduz instituições, é um lugar de fala para o qual uma certa aparência é condição suficiente. Complexa porque ser mais ou menos branco não depende simplesmente da genética, mas do estatuto social. Brancos brasileiros são brancos nas relações sociais cotidianas: é na prática que são brancos. O valor da branquitude se realiza na desvalorização do ser negro e ela continua sendo uma medida silenciosa dos quase brancos, como dos negros”. (SOVIC, 2004, p.74).

Já Devulsky (2021) faz uma explanação que nos ajuda a perceber a sutileza de como os elementos da “supremacia branca” estão postos no nosso cotidiano e de como são dadas as relações raciais no Brasil:

“Imagine quantas vezes seu cérebro registrou a imagem de um menino no centro da cidade pedindo dinheiro no semáforo; lembre-se de todas as imagens dos “arrastões do Rio de Janeiro”, dando a entender que os assaltantes são exclusivamente negros; imagine as milhares de horas passadas em frente à TV assistindo ao mocinho branco e ao bandido negro, em português, inglês... em tantas outras línguas; imagine quantas vezes observamos trabalhos precarizados sendo executados por negras e cargos de liderança ocupados por brancas — tudo isso constitui também um capital sociorracial que permite a cada brasileiro identificar imediatamente se alguém é ou não lido como negro na sociedade.” (DEVULSKY, 2021, p. 62).

Após esta reflexão necessária de Alessandra Devulsky (2021), convido-os/as a pensar por quanto tempo essas imagens e notícias permanecem nos incomodando no

decorrer dos nossos dias, sobretudo quando somos vistos como pertencentes ao grupo que detém os privilégios de classe, cor e gênero. Há uma naturalização da discriminação racial cotidiana? Se não há, o que motiva o silenciamento dos detentores de privilégios desses país? Anselmo Courant (2018) traz algumas respostas para estas questões, quando ressalta que a cegueira e o silenciamento advindos dos privilégios da branquitude não são características definitivas, mas, mesmo que um indivíduo branco enxergue e não silencie seus privilégios, ele continua a ocupar o lugar estrutural da branquitude, e mesmo que esta seja crítica<sup>10</sup>, e este a problematize e a desaprove publicamente, ele continuará ocupando uma situação de regalias.

### **Os privilégios da branquitude diante da pandemia de COVID 19 no Brasil**

Pensar sobre regalias e privilégios dos brancos brasileiros possibilita retomar uma das inquietações iniciais para a produção desse texto, sobre que parcela da população brasileira possui maior chance de sobrevivência diante do atual contexto pandêmico. Com embasamento em estudo recente de Santos *et al* (2021, p.228), que refere o quão “[...] os desdobramentos da pandemia da Covid-19 numa sociedade estruturada pelo racismo penalizam grupos vulneráveis, especialmente pessoas negras”, e considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) concebe o racismo como um dos determinantes sociais do processo de adoecimento e morte, fica evidente que as minorias raciais e étnicas são exatamente a parcela da população mais representativa de vidas perdidas na pandemia. Diante dessas considerações, trago algumas colocações da entrevistada ‘Margarida’ para nortear esta discussão no âmbito dos serviços de saúde.

Em um dado momento da entrevista, a participante fez o seguinte questionamento: “O COVID passou aí na sua casa? Porque aqui na minha casa passou, pegou eu, minha filha mais nova e meu filho e aí a assistência aqui até que estava boa, porque eles organizavam uma equipe para fazer exame e quando dava positivo eles já vinham com a ambulância, para fazer medicação e isolamento da pessoa e se fosse mais grave tinha que ir para o hospital e ia pro oxigênio né? Aí era a dificuldade”.

Refletindo diante desse questionamento sobre minha condição de fazer parte de um grupo seletivo de profissionais que não está se expondo tanto ao vírus, pois me foi dada

---

<sup>10</sup> Cardoso contextualiza branquitude crítica como a que se refere ao indivíduo ou grupo branco que desaprovam publicamente o racismo.

a possibilidade de trabalhar em home office, além de ter plano de saúde, o que me possibilita um atendimento diferenciado e que não preciso me deslocar da nossa cidade para outras para receber atendimento hospitalar de qualidade, penso novamente sobre os privilégios de classe que usufruo, e novamente me vejo diante da branquitude brasileira e suas nuances impiedosas.

É preciso salientar que embora o vírus SARS-COV-2 não apresente seletividade no contágio, os impactos da infecção tiveram repercussões de maneiras diferentes a depender da raça, classe e gênero. Vale ressaltar que ser infectado se põe da mesma forma para cada indivíduo, contudo, há diferença nas medidas de prevenção e possibilidade de agravamento dos sintomas.

No que tange à classe, constata-se que o baixo nível de escolaridade associado à pobreza tem impactado diretamente no descumprimento das medidas de prevenção de saúde pública. Este contexto é desafiador em todo mundo sendo sinalizado principalmente nos países emergentes. No Haiti, com uma população de 11 milhões de habitantes, menos de 30 leitos de UTI e ausência de equipamentos de proteção aos prestadores dos serviços, a falta de recursos é ainda mais expressiva frente a não adoção de medidas preventivas, gerando uma grave crise na saúde. (CÉNAT, 2020)

Nesse cenário, o efeito da crise pandêmica produz um declínio econômico dos indivíduos e famílias, já que o controle da infecção requer medidas de distanciamento social e quarentena. Tais medidas se aplicam de forma impactante nas populações de baixa renda, com pouco acesso aos cuidados de saúde, e que necessitam escolher entre ficar em casa e a falta de suprimentos ou correr os riscos do descumprimento ao isolamento para o seu sustento e da família. (ESTRELA et al, 2020)

No Brasil, o recorte de classe está ligado à raça, já que segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2018, pela pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, 75% das pessoas que vivem na extrema pobreza são autodeclarados como negros ou pardos. Dessa forma, os desfavorecidos socioeconomicamente são representados por minorias raciais e étnicas que trabalham em empregos casuais e carecem de recursos financeiros necessários para o autoisolamento. Em contrapartida, uma elite cada vez menor e seleta demonstra o poder do privilégio em uma pandemia, na qual os mais vulneráveis serão os mais impactados. (IBGE, 2018)

O contexto pandêmico tem exposto a mentalidade escravista da classe dominante brasileira, explicitando um novo pacto de branquitude no país. No Brasil o vírus chegou primeiro às classes mais abastadas, que logo receberam assistências nos espaços hospitalares privados mais bem estruturados do país. Esse pacto da branquitude reafirma a escala de valores que vê no branco o modelo superior e no negro o inferior, permitindo que a pandemia de coronavírus se expanda para as periferias mais precarizadas, com os piores indicadores econômicos; faltam moradia adequada, acesso à rede pública de saúde, nutrientes adequados à alimentação e, em geral, suas relações de trabalho são regidas sobretudo pela subcontratação. Os efeitos têm sido os piores possíveis: são milhões de pessoas infectadas a uma velocidade sem precedentes. Retrato de um Brasil em preto e branco que guarda estreita relação com o desenvolvimento do capitalismo dependente, com relações sociais de produção ancoradas na escravidão e na violência patriarcal. (EURICO, 2021)

Diante dessas colocações embasadas por estudos recentes, volto a pensar sobre o que minha interlocutora perguntou, e me lembro de ter dado uma resposta um tanto vaga, sobre não ter sido contaminada, e até aquele momento não ter tido familiares contaminados. Mas o que não consigo esquecer é de que diante da titubeação na minha resposta havia um silenciamento, que me atordoou e que me fez pensar formas de quebrar o silêncio e convidar mais pessoas a fazerem um coro diante das injustiças raciais e de classe que presenciamos cotidianamente no nosso país, e com maior letalidade diante de emergências de saúde as quais desnudam de forma cruel a quem é dado o direito de viver diante de uma pandemia, como a que estamos vivenciando no Brasil, em que a proteção social aos mais vulneráveis foi negada, em que vacinas tardam a chegar, e que a agenda governamental adotada foi com critérios de privilegiamento aos ‘brancos de cor e de classe.’

### **Considerações Finais**

Entendo que a branquitude não é uma questão exclusiva das relações raciais, mas está correlatada a diferentes processos interseccionais, inclusive de identidade. A heteroclassificação que me correlaciona com os privilégios da branquitude, a meu ver, está imbricada com a posicionalidade de classe social e não diretamente pelas questões de raça/cor.

Identifico -me com a análise de Courant (2018, p.46) quando ele ressalta que “[...] a branquitude tem a ver com um olhar, não só o lugar de onde o olhar se exercita. Ou seja, branquitude tem a ver com uma posição nas relações sociais, com as formas de ocupar essa posição e se relacionar com o mundo a partir dela”.

Desse modo, considero imprescindível adotar um posicionamento crítico diante dos privilégios da branquitude, seja intensificando as exigências no que tange a construção de políticas públicas de saúde em prol da igualdade racial, ou apostando numa educação crítica e transformadora da realidade, sobretudo no âmbito acadêmico onde a construção de conhecimento e replicação de saberes deve priorizar projetos antirracistas.

Concordo com Devulsky (2021,p.65) quando ela afirma que “[...] mulher branca pesquisadora precisa vencer todas as barreiras do patriarcado para obter reconhecimento. A mulher negra, além do patriarcado, precisa convencer também as mulheres não racializadas de que sua objetividade não é menos vacilante do que a das últimas”. Ou seja, entendemos que estudar a branquitude deve ser através de uma concepção crítica, buscando a emancipação e desconstrução das relações raciais, de modo que o combate ao preconceito e discriminações seja central, sobretudo diante da emergência de saúde que vivenciamos com a pandemia ocasionada pelo COVID 19.

**CONTRIBUIÇÕES DAS AUTORAS:** Coleta ou produção dos dados: Claudia Suely Barreto Ferreira; Análise e interpretação dos resultados para construção da reflexão inicial: Claudia Suely Barreto Ferreira; Redação e revisão crítica do manuscrito. Claudia Suely Barreto Ferreira e Tatiane Pina Santos Linhares. Aprovação da versão final do artigo: Claudia Suely Barreto Ferreira e Tatiane Pina Santos Linhares. Responsabilidade por todos os aspectos do conteúdo e a integridade do artigo publicado: Claudia Suely Barreto Ferreira e Tatiane Pina Santos Linhares.

### **Referências:**

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência. *Protocolo de manejo clínico da Covid-19 na Atenção Especializada*. 1. ed. rev. – Brasília : 2020. 48 p.

CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: Uma abordagem realista-crítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 32 nº 95. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/8YsCLH9MsCZ3dPWC47JLmFd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 26/06/2021

CARONE, Iray ; BENTO, Maria Aparecida da Silva (Organizadoras). Branqueamento e branquitude no Brasil. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2014, v. 22, n. 3, pp. 965-986. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>. Acesso em 30/06/21

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latino americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* Vol. 8 no. 1 ene-jun 2010. P.607-630 Disponível em <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.htm>. Acesso em 13/06/21

CÉNAT JM. The vulnerability of low-and middle-income countries facing the COVID-19 pandemic: The case of Haiti. *Travel Med Infect Dis* [Internet]. 2020 Apr [cited 2020 Apr 25];101684. Available from: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1477893920301526>

COURANT, Ansel Joseph. *Conscientização branca em espaços de capoeira: Percepções de privilégio entre brancos que convivem com negros*. Dissertação para o curso de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos - Pós-Afro, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28602>. Acesso em: 20/06/21

DEVULSKY, Alessandra. Colorismo. *Feminismos plurais*. Djamila Ribeiro org. Editora Jandaíra. São Paulo. 2021, 208 p.

EURICO, Márcia; GONÇALVES, Renata; FORNAZIER, Tales. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 140, p. 84-100, jan./abr. 2021

ESTRELA, Fernanda Matheus, et al. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(9):3431-3436, 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

GUIMARAES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxSGJgkwVyFJ8jfT8wxWxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23/06/2021

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua *PNAD contínua – População por cor ou raça*. 2019. Brasília: [s.n.], 2019. Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf). Acesso em: 30/06/2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 41ª ed. Brasília: *Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica*; 2018. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf) Acesso em: 23/07/2021

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (org.). *Atlas da violência*. 2020. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36488&Itemid=432](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36488&Itemid=432). Acesso em 30/06/2021

LABORNE, Ana Amélia de Paula. *Branquitude em foco*: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da UFMG. MG 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9TDHHV>. Acesso em 26/06/21

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*. v. 22, n. 3 (2014), p. 935-952. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em 30/06/21.

MOLYNEUX, M, Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and Revolution, *Feminist Studies*, 11, nº 2 1985. p. 227-254. Disponível em: [https://genderandsecurity.org/sites/default/files/Molyneux\\_Mobilization\\_Without\\_Emanicipation.pdf](https://genderandsecurity.org/sites/default/files/Molyneux_Mobilization_Without_Emanicipation.pdf) Acesso em: 30/06/21.

OSÓRIO, R. G. Texto para discussão n.996. *O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE*. ISSN 1415-4765. Governo Federal. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Aplicada - Ipea, nov. 2003. Disponível em: [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1104\\_781\\_osorio.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1104_781_osorio.pdf). Acesso em: 30/06/21

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). *Psicologia social do racismo*: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidad y modernidad/racionalidade*. Perú Indígena, Lima, v.12, n.29, p.11-20, 1992

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957].

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos, *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados* [online]. 2020, v. 34, n. 99,. p. 225-244.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>. Acesso em 29/06/21

SCHUCMAN, Lia VainerSim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2014, v. 26, n. 1 p. 83-94. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>. Acesso em 30/06/21

SILVA, Daniel Neves. "Dia das Mães"; *Brasil Escola*. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-das-maes.htm>. Acesso em 30 de junho de 2021.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, Vron (org.) *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 363-386